



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF  
CNPJ 00.399.857/0001-26



**NOTAS EXPLICATIVAS DAS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS  
Em 31 março de 2024**

## SUMÁRIO

### NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – Contexto Operacional .....	3
NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Principais Práticas Contábeis.....	3
NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa .....	5
NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas .....	6
NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo .....	6
NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo .....	8
NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes .....	9
NOTA 8 – Imobilizado.....	9
NOTA 9 – Intangível .....	10
NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais .....	10
NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar.....	11
NOTA 12 – Demais Obrigações.....	12
NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo.....	13
NOTA 14 – Patrimônio Líquido .....	13
NOTA 15 – Receita Líquida .....	14
NOTA 16 – Despesas Administrativas.....	14
NOTA 17 – Outras Despesas .....	14
NOTA 18 – Outras Receitas .....	14
NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras.....	15
NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas de Capital .....	15
NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.....	16
NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	16
NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado.....	17
NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde .....	17
NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada .....	17
NOTA 26 – Eventos subsequentes.....	17

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS 1º TRIMESTRE DE 2024

### NOTA 1 – Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e vinculada ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional – MIDR.

Foi criada pela Lei nº 6.088/1974 e tem sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas estabelecidas na sua Lei de criação. É ainda, regida pela Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis. Seu prazo de duração é indeterminado.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação. Também visa a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários. Desta forma, cumpre sua função social que é o desenvolvimento das bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribui para a redução das desigualdades regionais.

A União como única acionista, por meio do Orçamento Geral da União (OGU), realiza aportes de recursos para o pagamento de despesas de custeio e investimentos da Empresa. As atividades são custeadas com recursos oriundos do Tesouro Nacional e são alocados anualmente em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e integralmente executados dentro dos sistemas estruturantes do orçamento Federal, dessa forma, apesar do prejuízo acumulado, não há risco de continuidade operacional.

### NOTA 2 – Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias e Principais Práticas Contábeis

a) As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas ocorridas no período e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada e, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade;

b) As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e estão apresentadas com valores expressos em reais, exceto quando indicado de maneira diversa. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria Executiva em reunião realizada em XX de junho de 2024;

c) Caixa e Equivalentes de Caixa referem-se a Recursos da Conta Única Aplicados, Bancos, Fundo de Aplicação Extramercado e Limite de Saque da Conta Única;

- d) Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação;
- e) As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos os recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda;
- f) Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo custo de aquisição;
- g) A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais destinados a fins administrativos), sendo esses seguros reconhecidos na despesa pelo seu período de cobertura;
- h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017;
- i) As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. As receitas, em resumo, decorrem dos títulos a receber da Tarifa D'água K1 (que tem como base o que estabelece o inciso III do art. 28 da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, além dos critérios de cálculos para a cobrança de arrecadação de Tarifa D'água K1 pelo grupo de trabalho constituído pela Codevasf, em atendimento à Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 2.005/2020 e Resolução da Codevasf nº 342/2024), além dos valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras).
- j) As perdas estimadas de valores a receber são calculadas considerando a Tarifa D'água K1, a Titulação de Terras e as Multas Contratuais. A metodologia está de acordo com o CPC 48 e demais normas relacionadas e considera a idade dos títulos (créditos vencidos há dois anos ou mais) e os valores totais de inadimplência constantes dos relatórios de créditos a receber de tarifa d'água e de titulação. A mesma metodologia foi utilizada na constituição da provisão sobre os valores decorrentes de Multas Contratuais/Outros Títulos a receber.
- k) O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear, à taxa de 20% ao ano;
- l) A Codevasf contratou empresa de consultoria especializada na prestação de serviço de avaliação atuarial com emissão de relatórios quanto à aderência dos cálculos atuariais, a gestão dos investimentos, a solvência, liquidez e o equilíbrio econômico, financeiro e atuarial dos planos, ao gerenciamento dos riscos e à efetividade dos controles internos apresentados pela Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS; a avaliação da exposição a risco, inclusive o da sinistralidade e o atuarial relativa a gestão da Caixa de Assistência à Saúde do Empregados da Codevasf - CASEC sobre os planos de benefícios de assistência à saúde; avaliação da economicidade da manutenção do patrocínio dos planos de benefícios administrados pela Fundação

São Francisco de Seguridade Social e avaliação atuarial sobre os planos de benefícios patrocinados pela Codevasf relativos aos benefícios pós-emprego concedidos e a conceder aos seus empregados ativos, ex-empregados, pensionistas e dependentes.

m) Face a empresa ser estatal dependente do Tesouro Nacional e, em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, e considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada no Siafi, ressalta-se que não há divergência entre os valores dos Balanços Patrimoniais levantados sob os regimes das contabilidades pública e societária.

## BALANÇO PATRIMONIAL

### NOTA 3 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, que podem ser convertidas em dinheiro no curto prazo.

Tabela 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
CTU - Recursos Da Conta Única Aplicados	122.518.680	110.944.051
Demais Bancos	1	1
Fundo de Aplicação Financeira	36.630.554	37.037.935
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – O.F.S.S.	44.671.663	57.349.070
<b>Total</b>	<b>203.820.899</b>	<b>205.331.057</b>

a) CTU – Recursos da Conta Única Aplicados: são os recursos próprios arrecadados, aplicados por meio do sistema Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN se encarrega da metodologia de aplicação.

b) Demais Bancos: trata de saldo do Banco Bradesco que se destina à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Projeto de Integração do São Francisco – PISF.

c) Fundo de Aplicação Financeira: apresenta saldo das contas do Banco do Brasil e do Banco Bradesco, ambas pertencentes ao PISF, por força da exigência de legislação específica para atuação no mercado livre de aquisição de energia elétrica.

A Codevasf foi designada como operadora oficial do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF, a partir de 14 de março de 2014, pelo Decreto nº 8.207/2014. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) autorizou – excepcionalmente – abertura de conta corrente no Banco Bradesco considerando a necessidade de adesão ao mercado livre de aquisição de energia elétrica. Além disso, a Codevasf mantém ainda a conta bancária de investimento junto ao Banco do Brasil.

Tabela 1.1 - Fundo de Aplicação Financeira - PISF

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Banco Bradesco	35.592.954	35.979.478
Banco do Brasil	1.311.575	1.287.582
Diferença controlada por conciliação bancária - Banco do Brasil	(273.975)	(229.125)
<b>Total</b>	<b>36.630.554</b>	<b>37.037.935</b>

A conta bancária de investimento mantida junto ao Banco do Brasil possui a diferença que está sendo controlada por meio dos relatórios de conciliação bancária.

d) Limite de saque com vinculação de pagamento: é a conta através da qual a STN/COFIN - Coordenação Geral de Programação Financeira, por meio do Ministério superior, repassa os recursos à Codevasf para pagamento das despesas. A variação se dá pelo recebimento dos recursos e pagamento de despesas aptas. A referida conta é detalhada por fontes e vinculações específicas.

#### NOTA 4 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Registra os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 2 – Crédito a Curto Prazo: Faturas

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Faturas/Duplicatas a receber	73.977.115	80.822.696
Ajuste Perdas de Créd. Liquidação Duvidosa	(30.100.768)	(31.818.690)
<b>Total</b>	<b>43.876.347</b>	<b>49.004.006</b>

O detalhamento do faturamento ocorrido no 1º trimestre está descrito na tabela 2.1.

Tabela 2.1 – Movimentação Crédito a Curto Prazo

Descrição	31-mar-24
<b>Saldo inicial</b>	80.822.696
(+) Faturamento Tarifa D' Água	2.710.821
(+) Reclassificação Longo Prazo para Curto Prazo	2.162.258
(-) Recebimentos	-11.718.661
<b>(=) Saldo Final</b>	<b>73.977.115</b>

#### NOTA 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam Adiantamentos a Empregados, Tributos a Recuperar, Depósitos Restituíveis, Outros Créditos a Receber, Almojarifado e Despesas Antecipadas, além de Perdas Estimadas para Titulação de Terras.

As tabelas 03 a 07 apresentam a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, totalizando R\$ 46.391.775 (quarenta e seis milhões, trezentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e cinco reais). O saldo de Titulação de Terras compõe a rubrica Títulos a Receber.

#### 5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreende as antecipações concedidas a pessoal a título de décimo terceiro salário, suprimimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 – Adiantamentos Concedidos

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Salários e Ordenados - Pagamentos Antecipado	1.776.220	2.119.056
Décimo Terceiro - Adiantamentos	13.135	0
Adiantamento Concedido	89.377	0
<b>Total</b>	<b>1.878.732</b>	<b>2.119.056</b>

a) Salários e ordenados antecipados referem-se ao valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 (oito) parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST).

b) Adiantamento Concedido trata de valores disponibilizados aos detentores do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (suprimento de fundos).

## 5.2 Tributos a recuperar / Compensar

Todos os valores listados estão em processo de restituição, via Perd/Comp (Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), aguardando homologação pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A redução dos valores decorre dos deferimentos ocorridos no período.

Tabela 4 – Tributos a Recuperar / Compensar

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
IRRF a Compensar	62.161	62.839
IR E CSLL a Recuperar / Compensar	141	141
<b>Total</b>	<b>62.303</b>	<b>62.980</b>

## 5.3 Outros Créditos a Receber

Tabela 5 – Outros Créditos a Receber

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	51.338	30.655
Valores a Receber por Devolução Despesas Estornadas	45.035	79.002
Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais	21.155.396	19.739.613
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	478.806	346.204
Títulos a receber - Titulação de Terras	58.216.718	58.485.776
Títulos a receber - Outros Valores a Receber	7.754.641	4.389.298
Ajuste para Perdas sobre Créditos Apurados	(54.651.428)	(57.487.356)
Devedores por Transferências Voluntárias	135.038	143.233
Termo Execução Descentralizada (concedidos)	10.250.661	10.250.661
Remuneração da Conta Única a Receber	245.300	227.533
<b>Total</b>	<b>43.681.505</b>	<b>36.204.619</b>

a) Títulos a receber: compreende valores a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, referentes a uso ou aquisição de terras (Titulação de Terras) e outros valores administrativos.

b) Créditos a receber decorrente de Infrações Legais e Contratuais: variação decorrente de aplicações de multas contratuais no período. Após a inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, as áreas financeiras da Sede e das Superintendências encaminham os processos para a Assessoria Jurídica que elabora um parecer sobre a viabilidade de dar início a uma ação de cobrança judicial.

c) Ajustes para perdas sobre créditos apurados: o cálculo contempla os títulos em atraso vencidos há mais de 02 (dois) anos dos itens “a” e “b”, conforme tabela a seguir:

Tabela 5.1 – Ajustes para Perdas de Créditos Curto Prazo

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Titulação	40.091.166	42.927.094
Multas contratuais e Outros Créditos a Receber	14.560.262	14.560.262
<b>Total</b>	<b>54.651.428</b>	<b>57.487.356</b>

## 5.4 Estoques de Almoarifado:

Tabela 6 – Almoarifado

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Materiais de Consumo	415.814	410.421
<b>Total</b>	<b>415.814</b>	<b>410.421</b>

## 5.5 Despesas Pagas Antecipadamente

Despesas antecipadas referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar, contabilizadas em observância ao regime de competência.

Tabela 7 – Despesas Pagas Antecipadamente

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Assinaturas e anuidades a apropriar	28.237	37.062
Prêmios de seguros a apropriar	325.185	471.384
<b>Total</b>	<b>353.421</b>	<b>508.446</b>

## NOTA 6 – Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no Realizável a Longo Prazo, contas da mesma natureza das contas do Ativo Circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

## 6.1 Faturas / Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de Tarifa D'água K1.

Tabela 8 – Faturas/Duplicatas

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Clientes	5.900.257	6.154.654
<b>Total</b>	<b>5.900.257</b>	<b>6.154.654</b>

## 6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo:

Tabela 9 – Demais Créditos e Valores

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	0	10.166
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	33.885.393	33.885.393
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	(33.885.393)	(33.895.559)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.157.688	6.899.444
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	73.786.392	77.857.847
<b>Total</b>	<b>80.944.080</b>	<b>84.757.290</b>

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, que neste caso devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União – TCU. Nos administrativos, a redução decorre de baixa efetuada no período.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na justiça cível e na trabalhista. Para a justiça do trabalho inclui, ainda, os depósitos para interposição de recursos.

c) Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo: se referem a títulos a receber das unidades parcelares de Projetos Públicos de Irrigação, denominados Titulação de Terras, e demais títulos administrativos.

Tabela 9.1 – Movimentação Outros Créditos e Valores, da Tabela 9

Descrição	31-mar-24
(+) Faturamento/Cobrança – Titulação	4.251.409
(-) Reclassificação do Longo Prazo para Curto Prazo	-8.282.685
(-) Recebimentos	-40.179
<b>(=) Líquido</b>	<b>-4.071.455</b>

### 6.3 Investimentos e Aplicações: Letras Especiais

Representa o valor total das ações da Eletrobrás e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's através das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 – Títulos Públicos – Letras Especiais

Vencimento	NTN-P	
	31-mar-24	31-dez-23
2030	102.750	101.155
<b>Total</b>	<b>102.750</b>	<b>101.155</b>

### NOTA 7 – Investimentos: Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo método de custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciarão nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 11 – Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA	156.487
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro I	180.093
Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL	281.938
Companhia de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe	104.444
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.676
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - EMBASA	113.416
Agroindústrias do Vale do São Francisco	977.962
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraíma	44.104
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA	251.302
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba I	3.548
<b>Total</b>	<b>2.486.997</b>

### NOTA 8 – Imobilizado

O Imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão. A depreciação do Imobilizado é calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo da vida útil dos ativos.

Tabela 12 – Imobilizado

Imobilizado	31-dez-23	Adições	Baixas	31-mar-24	AH%
Bens Móveis a Alienar	65.773.309	166.380.477	-37.707.739	194.446.047	195,63
<b>Total de Bens Móveis a Alienar (1)</b>	<b>65.773.309</b>	<b>166.380.477</b>	<b>-37.707.739</b>	<b>194.446.047</b>	195,63
Bens Móveis	1.283.257.868	16.006.801	-481.176.738	818.087.930	-36,25
<b>Total de Bens Móveis (2)</b>	<b>1.283.257.868</b>	<b>16.006.801</b>	<b>-481.176.738</b>	<b>818.087.930</b>	<b>-36,25</b>

Bens Imóveis	47.678.151	2.880.591	-1.440.296	49.118.446	3,02
Obras em Andamentos	1.480.672.017	159.138.164	-111.748.999	1.528.061.182	3,20
Estudos e Projetos	23.734.623	575.193	0	24.309.816	2,42
Instalações	28.391.418	176.303	-16.148	28.551.573	0,56
<b>Total de Bens Imóveis (3)</b>	<b>1.478.763.382</b>	<b>162.770.251</b>	<b>-113.205.442</b>	<b>1.630.041.017</b>	<b>10,23</b>
Depreciação Bens Móveis	-304.500.413	-27.485.777	55.161.275	-276.824.915	-9,09
Depreciação Imóveis	-24.593.234	-241.961	0	-24.835.195	0,98
<b>Total Depreciação (4)</b>	<b>-329.093.647</b>	<b>-27.727.737</b>	<b>55.161.275</b>	<b>-301.660.110</b>	<b>-8,34</b>
<b>Total Imobilizado (5) = 1+2+3+4</b>	<b>2.264.563.340</b>	<b>317.429.791</b>	<b>-576.928.644</b>	<b>2.340.914.885</b>	<b>3,37</b>

### NOTA 8.1 – Bens Móveis a Alienar

A Codevasf realizou a separação dos ativos destinados à doação no âmbito das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, incluindo-os na conta de 'Bens Móveis a Alienar', no fim do exercício de 2023. Desde então, bens adquiridos para doação são patrimoniados e contabilizados na referida conta. Cabe informar que ainda existem bens com esta finalidade registrados nas contas de bens móveis e estes serão baixados à medida que a doação for efetivada. Os reflexos das baixas remanescentes podem ser observados na tabela acima, bem como, o aumento da rubrica de 'Bens Móveis a Alienar'.

### NOTA 8.2 – Bens Imóveis em Andamento

Em relação às contas de Bens Imóveis em Andamento e Instalações – Obras em Andamento, Estudos e Projetos e Instalações, o relatório a ser desenvolvido pela informática ainda está em fase de testes visando extração de dados consolidados para fins de comparação com os valores registrados no SIAFI. A conciliação mensal segue com procedimentos adotados, tais como: baixa após conclusão de obra; reclassificação de bens concluídos pertencentes à Codevasf; baixa de despesas de custeio contabilizadas como imobilizado em razão do roteiro pré-definido de registro do SIAFI; regularização dos registros e saldos, por parte das unidades contábeis.

### NOTA 9 – Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

Tabela 13 – Intangível

Descrição	31-dez-23	Adições	Baixas	31-mar-24
Software	4.234.650	650.403	474.997	11.226.754
Software em Fase de Desenvolvimento	592.370	404.604	7.106	989.868
Amortização Acumulada	-3.041.245	0	94.401	-3.135.646
<b>Total</b>	<b>8.602.473</b>	<b>1.055.007</b>	<b>576.504</b>	<b>9.080.976</b>

Tabela 13.1 – Registro Contábil (SIAFI) X Relatório de Controle Patrimonial

Item	Descrição	SIAMP	SIAFI	31-mar-24
1	Softwares	417.930	395.130	22.800
<b>TOTAL</b>				<b>22.800</b>

Divergência referente a valor não registrado no SIAFI foi regularizada em abril/2024.

### NOTA 10 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Salários a pagar: folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 14 – Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Salários, Remunerações e Benefícios	22.917.288	26.130.706
Entidade de Previdência	7.194.680	10.087.060
Férias a pagar	29.150.757	34.817.624
FGTS	5.488.549	5.117.445
INSS	15.132.383	21.183.421
<b>Total Obrigações Trabalhistas</b>	<b>80.198.295</b>	<b>97.336.256</b>

a) INSS e FGTS: os saldos referem-se a provisão dos encargos sobre férias, além do valor apropriado para recolhimento no mês subsequente.

Tabela 15 – Entidade de Previdência

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Entidade de Previdência Complementar	6.460.009	8.648.085
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	734.671	1.438.975
<b>Total</b>	<b>7.194.680</b>	<b>10.087.060</b>

b) Entidade de Previdência Complementar: Trata-se do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

## NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A aumento decorre da falta de liberação de recursos pelo Tesouro Nacional no período.

Tabela 16 – Fornecedores a Pagar

Descrição	31-mar-24	31-dez-23
Fornecedores a pagar	230.434.843	43.608.849
<b>Total</b>	<b>230.434.843</b>	<b>43.608.849</b>

Tabela 16.1 – Fornecedores agrupados por valor

Seq.	Descrição	31-mar-24
1	Xcmg Brasil Industria Ltda	31.257.279
2	Yanmar South América Industria De Maquinas Ltda	12.461.665
3	Cemig Distribuição S.A	10.971.656
4	Deva Veículos Ltda	9.058.319
5	Liugong Latin America Maquinas Para Construção Pesada L	8.321.391
6	Mobicon Construtora Ltda	7.941.513
7	Ankara Engenharia Ltda	7.357.950
8	On-Highway Brasil Ltda.	6.948.270
9	Pj Construções E Terraplanagem Ltda	4.689.048
10	Gallotti Trucks Comércio De Automotores Ltda	4.331.366
11	Cbmaq Companhia Brasileira De Máquinas Ltda	4.295.662
12	Agromaquinas Empreendimentos Agrícolas Ltda	3.764.235
13	Construtora Vale Do Ouro Ltda	3.451.882
14	Construservice - Empreendimentos E Construções Ltda	3.442.249
15	Gaid Construções Ltda	3.392.635
16	Kohler Implementos Agrícolas Ltda	3.289.562
17	<b>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 2.000.000 e R\$ 3.000.000</b>	26.561.212
18	<b>Fornecedores a pagar: valores entre R\$ 1.000.000 e R\$ 2.000.000</b>	36.711.346
19	<b>Fornecedores a pagar: valores até R\$ 1.000.000</b>	42.187.602
<b>Total</b>		<b>230.434.843</b>

**NOTA 12 – Demais Obrigações**

As tabelas 17 e 18 apresentam a composição de ‘Demais Obrigações’ totalizando R\$ 3.811.159.002 (três bilhões, oitocentos e onze milhões, cento e cinquenta e nove mil e dois reais).

Tabela 17 – Outras Obrigações a Curto Prazo

<b>Descrição</b>	<b>31-mar-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Transferências Discricionárias a Pagar	105.691.405	34.960.993
Diárias a pagar	100.643	16.401
Incentivos a Educação, Cultura e outros	0	31.150
Cartão de Pagamento do Governo Federal	78.934	6.230
Indenizações, Restituições e Compensações	203.916	191.717
Transferências Financeiras a Comprovar - TED (recebidos)	3.666.082.180	3.656.204.287
Taxas	16.502	1.131
<b>Total</b>	<b>3.772.173.579</b>	<b>3.691.411.909</b>

a) Transferências Discricionárias a Pagar – Registra as transferências voluntárias (Convênios e Instrumentos congêneres) e é composta de recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos. O aumento significativo no período se deu em razão da falta de liberação de recursos pelo Tesouro Nacional.

b) Transferências Financeiras a Comprovar – Termos de Execução Descentralizada (TED): São transferências de recursos entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, para execução de ações de interesse do órgão descentralizador. Nesta situação, a Codevasf figura como órgão receptor/beneficiário dos recursos de TED. Esse passivo não é um instrumento de dívida e representa a obrigação de prestar contas ao órgão descentralizador.

Dos valores recebidos de TED, a Codevasf já encaminhou prestações de contas de instrumentos na ordem de R\$ 1,7 bilhão. Aguardamos à análise e os efetivos registros contábeis pelos órgãos concedentes visando reduzir consideravelmente o valor da rubrica.

Valores Restituíveis compreendem valores de terceiros ou retenções em nome deles.

Tabela 18 – Valores Restituíveis

<b>Descrição</b>	<b>31-mar-24</b>	<b>31-dez-23</b>
Retenção Previdenciária - FRGPS	3.310.175	4.293.045
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	6.324.465	6.568.429
Indenizações e Restituições Devidas ao Tesouro	207.859	0
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	17.123.199	1.947.281
ISS	2.107.050	376.362
Pensão Alimentícia	225.078	258.560
Retenções	5.858.797	5.675.765
Outros Consignatários	3.707.737	147.850
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	121.063	119.416
<b>Total</b>	<b>38.985.422</b>	<b>19.386.708</b>

a) Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro: o aumento corresponde aos valores liquidados que serão recolhidos quando houver o pagamento ao fornecedor e a falta de repasse de recursos do Tesouro Nacional para pagamento destes reflete diretamente nesta rubrica.

## NOTA 13 – Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da companhia cujas liquidações deverão ocorrer após o término do exercício seguinte.

### 13.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos – BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco de Seguridade Social. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 72 parcelas.

### 13.2 Provisões – Riscos de Passivos Contingentes

Os registros das provisões para contingência passiva: Tributária, Trabalhista e Cível, foram realizados conforme Relatório de Anexos de Riscos Fiscais da Assessoria Jurídica da Codevasf. Os riscos, cuja materialização seja de provável realização, são reconhecidos contabilmente. Os riscos possíveis são apenas divulgados em Notas Explicativas, conforme descrito abaixo:

Tabela 19 – Riscos de Passivos Contingentes

Descrição	31-dez-23	Adições	Baixas	31-mar-24
Trabalhista	12.090.070	7.094.339	0	19.184.409
Cíveis	50.139.227	0	1.633.713	48.505.514
Tributárias	133.168	0	0	133.168
<b>Total Riscos Prováveis</b>	<b>62.362.465</b>	<b>7.094.339</b>	<b>1.633.713</b>	<b>67.823.091</b>
Trabalhista	7.618.323	4.984.397	0	12.602.721
Cíveis	285.065.351	8.258.436	0	293.323.787
Tributárias	20.248.613	574.215	0	20.822.828
<b>Total Riscos Possíveis</b>	<b>312.932.287</b>	<b>13.817.048</b>	<b>0</b>	<b>326.749.335</b>

## NOTA 14 – Patrimônio Líquido

**14.1 Capital Social:** o capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R\$ 5.554.260.287 (cinco bilhões, quinhentos e cinquenta e quatro milhões, duzentos e sessenta mil, duzentos e oitenta e sete reais), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal<sup>1</sup>.

### 14.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

No primeiro trimestre de 2024, foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R\$ 38.155.929 (trinta e oito milhões, cento e cinquenta e cinco mil, novecentos e vinte e nove reais).

### 14.3 Reservas

Houve redução da Reserva de Reavaliação no valor de R\$ 494 (quatrocentos e noventa e quatro reais) em virtude da realização da reserva, em conformidade com o artigo 6º da Lei 11.638/2007.

<sup>1</sup>Não há menção do valor expresso em dinheiro, como ocorre com as ações de valor nominal. O preço dessa ação será fixado na constituição da sociedade, ou no aumento de capital social.

“Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor”.

#### 14.4 Prejuízos Acumulados

Tabela 20 – Prejuízos Acumulados

<b>Prejuízo Acumulado – 31/dez/ 2023</b>	<b>-8.314.530.092</b>
(+) Prejuízo do período	-591.011.547
(-) Ajuste de Exercício Anteriores	13.892.575
(-) Reversão de Reavaliação	494
<b>(=) Prejuízos Acumulados – 31/mar/24</b>	<b>-8.891.648.570</b>

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

#### NOTA 15 – Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de Titulação de Terras, Tarifa D'água K1, Lotes Urbanos e Outros Títulos a Receber. O faturamento apresentado em 2024 refere-se aos registros de faturamento/cobrança dos diversos perímetros sobre Tarifa D'água K1 e Titulação de Terras.

#### NOTA 16 – Despesas Administrativas

Representam as despesas incorridas no período, realizadas para a manutenção dos serviços da Codevasf. Na comparação com o período anterior, observa-se aumento de 5,67%.

#### NOTA 17 – Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme segue:

Tabela 21 – Grupo de Outras Despesas

<b>Descrição</b>	<b>01-jan-24 a 31-mar-24</b>	<b>01-jan-23 a 31-mar-23</b>
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	115.157.249	74.337.281
Incorporação de Passivos	44.552	0
Desincorporação de Ativos	104.415.932	78.042.682
Incentivos à Cultura (vale cultura)	63.150	112.950
VPD - Provisões de Riscos Trabalhistas	7.094.339	466.201
Restituições	28.337	46.654
Indenizações	0	986.216
<b>Total</b>	<b>226.803.560</b>	<b>153.991.984</b>

a) Transferências Voluntárias: o aumento se deve ao repasse de recursos aos Convenientes e Compromitentes, relativos a Convênios e Termos de Compromissos firmados.

b) Desincorporação de Ativos: a variação decorre, principalmente, da conciliação mensal das Contas Bens Imóveis em Andamento, em razão da regularização das despesas empenhadas com natureza de investimento (por conta de restrição orçamentária) e que são despesas de custeio e, portanto, são baixadas (Nota 8.2).

#### NOTA 18 – Outras Receitas

Representam as Variações Patrimoniais Aumentativas realizadas que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

Tabela 22 – Grupo de Outras Receitas

Descrição	01-jan-24 a 31-mar-24	01-jan-23 a 31-mar-23
Doações/Transferências Recebidas Consolidação	360.600	137.718
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	5.052	432.280
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	28.397.514	44.360.335
Reversão de Provisões	1.633.713	118.758.766
Reversão Ajuste para Perdas	4.564.016	11.428.730
Multas Administrativas e Outras	371.542	150.922
<b>Total</b>	<b>35.332.436</b>	<b>175.268.750</b>

a) Ganhos com Desincorporação de Passivo: valor substancial dessa rubrica se refere à análise e registro das prestações de contas dos TED's recebidos – apresentados pela Codevasf – junto aos órgãos repassadores dos recursos.

b) Reversão de Provisões: variação em relação ao período anterior decorre da reversão de grande parte da provisão de Riscos Fiscais no 1º trimestre de 2023.

## NOTA 19 – Despesas / Receitas Financeiras

### 19.1 Despesas Financeiras

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 23 – Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	01-jan-24 a 31-mar-24	01-jan-23 a 31-mar-23
Atualização Monetária - Demais passivos	14.316	14.056
Outras Despesas Financeiras	927.492	1.124.002
<b>Total</b>	<b>941.808</b>	<b>1.138.058</b>

Atualização Monetária – Demais Passivos: registra a atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social - FSFSS.

### 19.2 Receitas Financeiras

Representam as variações patrimoniais aumentativas oriundas de rendimentos aplicados na CTU (Conta Única do Tesouro), juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações monetárias.

Tabela 24 – Grupo de Receitas Financeiras

Descrição	01-jan-24 a 31-mar-24	01-jan-23 a 31-mar-23
Remuneração de Aplicação Financeira - CTU	3.112.649	2.777.193
Outras Receitas Financeiras	226.356	3.753.035
<b>Total</b>	<b>3.339.005</b>	<b>6.530.228</b>

## NOTA 20 – Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas de Capital

### 20.1 Subvenções de Custeio

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do Tesouro Nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

## 20.2 Ganhos/Perdas de Capital

Representam os valores referentes às despesas decorrentes da alienação/doação de bens.

A tabela abaixo apresenta o valor segregado por tipo de bem. A doação destes bens contempla o propósito da Codevasf, através da realização de políticas públicas em desenvolvimento regional, de promover o desenvolvimento sustentável e de reduzir as migrações, atuando para fortalecer a capacidade produtiva local. Esses equipamentos e máquinas são destinados ao desenvolvimento das atividades produtivas, incluindo veículos que contribuem para o escoamento da produção e transporte de trabalhadores.

Conforme explanado na Nota 8.1, os bens adquiridos destinados à doação passaram a ser registrados em conta específica – bens móveis a alienar – visando maior transparência.

Tabela 25 – Relação de Alienação/Doação de Bens

Descrição	31-mar-24	AV
Máquinas e Utensílios Agropecuário/Rodoviário	292.846.493	68,24%
Veículos de Tração Mecânica	109.792.695	25,58%
Bens Móveis a Alienar	11.746.670	2,74%
Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	5.490.019	1,28%
Máquinas e Equipamentos Industriais	2.590.277	0,60%
Embarcações	1.458.724	0,34%
Equipamentos, Hidráulicos e Elétricos	1.347.915	0,31%
Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	964.002	0,22%
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	944.358	0,22%
Outros	1.974.355	0,46%
<b>Total</b>	<b>429.155.508</b>	<b>100,00%</b>

### NOTA 21 – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No período, destaque para os recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos (nota 14.2).

A redução dos valores de AFAC com relação ao período anterior se deve ao fato das solicitações de recursos para pagamento dos bens destinados à doação não figurarem como investimento para ativo que permanecerá na Codevasf.

### NOTA 22 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: são basicamente derivados das principais atividades da Codevasf, com destaque para:

a) Outros Débitos (Riscos Fiscais): a variação em relação ao período anterior ocorreu pela reversão de valor significativo da provisão de riscos fiscais após a Codevasf ser considerada Fazenda Pública em relação a processo judicial de valor substancial, cuja pagamento se dará por precatório.

b) Outros débitos/contas a pagar – curto prazo: a variação do período decorre, principalmente, de liquidação de Transferências Voluntárias a Pagar (convênios e instrumentos congêneres) e, conseqüentemente, da falta de repasse de recursos do Tesouro Nacional.

c) Fornecedores: a variação do trimestre decorre da liquidação de despesas a pagar e o acúmulo de valores não pagos decorre da falta de liberação de recursos pelo Tesouro Nacional no período (Nota 11), a exemplo do item anterior.

### NOTA 23 – Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 09/2008.

### NOTA 24 – Programa de Assistência à Saúde: Codevasf - Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

O Programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. No 1º trim/2024 a Codevasf repassou ao programa Codevasf-Saúde o total de R\$ 4.000.000 (quatro milhões de reais). Em contrapartida, o valor recebido dos empregados foi de R\$ 5.713.464 (cinco milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais).

Fonte: Caixa de Assistência à Saúde dos Empregado da Codevasf – CASEC

### NOTA 25 – Entidade Fechada de Previdência Privada

A CODEVASF é instituidora da Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS, entidade fechada de previdência complementar de direito privado e sem fins lucrativos, que tem por finalidade instituir e administrar Planos de Benefícios de caráter previdenciário, acessíveis aos empregados da Patrocinadora. São administrados 03 (três) planos, sendo 01 (um) em regime de saldamento. Os repasses referentes ao 1º trimestre de 2024 foram:

Tabela 26 – Valores repassados à Fundação São Francisco no período

Participação da Codevasf (R\$)	Participação dos Empregados (R\$)	Saldamento – valor repassado (R\$)	Saldamento – saldo devedor (R\$)	Saldamento – parcelas remanescentes (un)
6.756.555	5.013.465	2.188.076	24.462.466	36

Fonte: Fundação São Francisco de Seguridade Social – FSFSS

### NOTA 26 – Eventos subsequentes

#### 26.1 Aumento de Capital

O aumento do Capital Social com recursos recebidos no exercício de 2023 a título de AFAC foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária – A.G.E da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, realizada em 17 de abril de 2024.

Tabela 27 – Capitalização AFAC 2023

Capital Social Integralizado 2023	5.554.260.287
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2023	1.825.113.065
<b>(=) Capital Social</b>	<b>7.379.373.352</b>

## 26.2 Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais e Provisão para Contingências (Riscos Fiscais)

Em decorrência da ressalva da auditoria independente sobre as Demonstrações Financeiras do 4º trimestre de 2023 foi definido, pela Assessoria Jurídica da Codevasf, o IPCA-E como índice apropriado para atualização monetária dos Depósitos Judiciais e Riscos Fiscais. A Gerência de Finanças providenciou a atualização dos valores que resultaram nos seguintes registros em Abril/2024:

Tabela 28 – Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Riscos Fiscais (Provisão)

Descrição	Saldo 31-mar-24	Atualizações Monetárias		Saldo atualizado
		Ajuste Exercícios Anteriores	Resultado do Exercício	
Trabalhista	19.184.409	3.898.354	0	23.082.762
Cíveis	48.505.514	24.125.258	0	72.630.773
Tributárias	133.168	60.945	0	194.113
<b>Total Riscos Prováveis</b>	<b>67.823.091</b>	<b>28.084.557</b>	<b>0</b>	<b>95.907.648</b>
Depósitos Judiciais	7.157.688	2.140.917	1.581	9.300.186
<b>Depósitos Judiciais</b>	<b>7.157.688</b>	<b>2.140.917</b>	<b>1.581</b>	<b>9.300.186</b>

O resultado apresentado na tabela acima foi registrado após o encerramento do primeiro trimestre de 2024. Os registros estão de acordo com o disposto no Pronunciamento Contábil – CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) considerando a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO  
Diretor-Presidente  
CPF:008.261.025-81

JOSÉ VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO  
Diretor da Área de Revitalização e Desenvolvimento  
Territorial  
CPF: 002.216.375-16

HENRIQUE DE ASSIS COUTINHO BERNARDES  
Diretor da Área de Desenvolvimento e Infraestrutura  
CPF: 718.490.761-20

LUIS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO  
Diretor da Área de Irrigação e Operações  
CPF: 239.274.374-68

GILLIANO FRED NASCIMENTO CUTRIM  
Diretor da Área de Governança e Sustentabilidade  
CPF: 804.058.783-20

JULIANNA BAÍA PIO DE LIMA  
Contadora CRC-DF 20.004/O-6  
CPF: 954.848.091-34